

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.767.533 - SP (2018/0066821-5)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
RECORRENTE : **ESPORTE CLUBE SÍRIO**
ADVOGADOS : **FABIO KADI E OUTRO(S) - SP107953**
 LUCIANA MICHIMA HATANAKA BASSETTO - SP157390
 RENATO SOARES DE TOLEDO JÚNIOR - SP217063
RECORRIDO : **FAZENDA NACIONAL**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 02/STJ. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE RENDA DECORRENTE DA PARTICIPAÇÃO EM ESPETÁCULOS. IMPOSSIBILIDADE DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DA LEI 5.939/73. PRECEDENTE. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA PARTE, NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, cuja ementa é a seguinte:

TRIBUTÁRIO - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - CLUBE DESPORTIVO COBRADO QUANTO AOS ANOS DE 1979 A 1984, A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, POR INACEITO O INVOCADO BENEFÍCIO INSTITUÍDO PELA LEI Nº 5.939/73 - BOJO DOS AUTOS A REVELAR CUMPRIU A PARTE EMBARGANTE SEU ÔNUS DEMONSTRADOR DOS SUPOSTOS DE MANUTENÇÃO DA PRÁTICA DE MÍNIMAS TRÊS MODALIDADES ESPORTIVAS OLÍMPICAS E DE PARTICIPAÇÃO EM OFICIAL COMPETIÇÃO RESPECTIVA, BEM ASSIM DE RECOLHIMENTOS, QUANTO AOS ANOS -BASE 1982/1984, ESTE INATENDIDO QUANTO AOS ANOS 1979/1981 - INEXIGÍVEL, AOS CONTORNOS DA CAUSA, EXPRESSIVIDADE ARRECADATÓRIA / DE BILHETERIA, PARA O ESPORTE AMADOR DE VINTE E CINCO ANOS PASSADOS, COMO ENTÃO - PARCIAL PROCEDÊNCIA AOS EMBARGOS.

Nem a parte executada confia em figura de decadência, de modo que assim nem se adentra a tal âmbito, pois com razão incorrida (fatos tributários de 1979 a 1984 e lançamento no mesmo 1984, julho).

Eventos tributários os em pauta anteriores ao Texto Supremo, vigente desde 1988, não se há sequer de se invocar a v. Súmula n. 8, do E. STF, pois esta versou sobre a Lei n. 8.212/91, enquanto em pauta contribuições cujo regramento de seu tempo a fixar trinta anos para a cobrança estatal, norma substantiva assim inconfundível com o comparado plano processual, onde em regra dotadas as normas de imediatidade (ou seja, o cômputo da prescrição tributária não se dá consoante a lei do tempo da execução, como o afirma o contribuinte no item 03 de fls. 509, mas segundo o ordenamento do tempo dos fatos, logo estes v. arestos solucionando a matéria, pacificamente. Precedentes.

Em mérito, não recebe agasalho a r. sentença, data vertia, segundo o ângulo de que a regulamentação da lei em questão teria se excedido, explícito o art. 6º da Lei nº

Superior Tribunal de Justiça

5.939/73, a entregar ao Executivo normatização pormenorizadora, em cujo cenário então o art. 3º do Decreto nº 70.210/76, a se posicionar em conformidade com os preceitos de enfocada lei.

Neste exame em mérito, constata-se a conduta da parte apelada, quanto aos anos-base 1982/1984, a se situar dentro do cumprimento a seu capital ônus desconstitutivo, pois provou ambos os supostos, consistentes na manutenção da prática de mínimas três modalidades esportivas olímpicas e participação em oficial competição respectiva, bem assim tendo procedido a recolhimento contributivo previdenciário como então disciplinado, tanto assim que o judicial comando, respondido, culminou com a frágil / vaga intervenção fazendária, onde já passa o Poder Público - evidentemente quanto a referidos anos, para os quais presente recolhimento denotado - a debater sua eventual pouca expressividade econômica ... Insista-se, está-se a cuidar de esporte amador, isso na década de 80 - cujo feliz (e ao mesmo tempo triste) paralelo com o mundo atual, um quartel depois ao menos, ainda vivifica a inexpressividade que os esportes amadores em geral despertam no seio social, por conseguinte na arrecadação de bilheteria a tanto ...

Embora os esforços da parte apelada por revelar tenha atendido aos supostos de manutenção da prática de mínimas três modalidades esportivas olímpicas e de participação em oficial competição respectiva, nenhum recolhimento o revelam os autos, o que vital ao pleno sucesso almejado, de maneira que sim em tal flanco a merecer proteção a intenção estatal executiva, exatamente por inatendido elementar ônus embargante, sob tais ângulos.

No que em remanescência a merecer cobrança, anos 1979/1981, a veemência do teor de CDA, demonstra situou-se a TR então como índice de monetária correção - tanto que localizada em coluna expressamente paralela à dos juros - logo se flagrando imperativa a supressão de tal rubrica sobre enfocadas parcelas, como acessório indevido, uma vez que agiu a TR como juros (inscrição em dívida em 1996).

A Lei 8.177/91, em seu art. 9º, redação originária, previu a incidência da T.R.D. sobre os débitos para com a Fazenda Nacional, sem especificar sob qual forma isso se daria, o que foi elucidado por meio da nova redação a este dispositivo, promovida pelo art. 30 da Lei 8.218/91, este fixando corresponderia a T.R.D. a juros de mora, o que se coaduna com os artigos 3º e 7º da referida Lei 8.218/91, o primeiro prevendo a incidência de T.R.D. como juros, sobre os débitos para com a Fazenda Nacional, e o segundo determinando a incidência da variação do B.T.N.F., até a extinção deste, e, a partir desta, de T.R.D., equivalente esta a juros de mora.

Superior avulta a parcial procedência aos embargos, excluídos de cobrança contributiva os anos 1982/1984 e a prosseguir sua exigibilidade sobre os anos 1979 a 1981, para estes excluída a TR enquanto correção monetária, como fincado, cada qual das partes a responder pela honorários de seu patrono, dessa forma parcialmente providos apelo e remessa oficial.

Parcial provimento ao apelo e ao reexame necessário.

No recurso especial interposto com base nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, a ora agravante aponta, além de divergência jurisprudencial, ofensa ao art. 2º da Lei 5.939/73, bem como ao art. 174 do CTN, alegando, em síntese, que: (a) "sendo o prazo prescricional das contribuições previdenciárias aquele disposto no Código Tributário Nacional, imperiosa a obediência ao contido no artigo 174, o qual regra ser de 5 (cinco) anos o prazo para a cobrança do crédito tributário"; (b) para fins de gozo do regime especial de contribuições previdenciárias, a lei não exige que as associações desportivas amadoras obtenham renda nas competições de que participem.

O recurso foi inadmitido pela decisão às fls. 663/665.

A decisão de fls. 695/697, proferida em sede de agravo, determinou a

Superior Tribunal de Justiça

reautuação do feito como recurso especial.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente recurso submete-se à regra prevista no Enunciado Administrativo n. 2, *in verbis*: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".

"O prazo prescricional, no que tange às contribuições previdenciárias, foi sucessivamente modificado pela EC n.º 8/77, pela Lei 6.830/80, pela CF/88 e pela Lei 8.212/91, à medida em que as mesmas adquiriam ou perdiam sua natureza de tributo. Por isso que firmou-se a jurisprudência no sentido de que "o prazo prescricional das contribuições previdenciárias sofreram oscilações ao longo do tempo: a) até a EC 08/77 - prazo quinquenal (CTN); b) após a EC 08/77 - prazo de trinta anos (Lei 3.807/60); e c) após a Lei 8.212/91, prazo de dez anos" (REsp 1138159/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/11/2009, DJe 01/02/2010 - acórdão submetido ao regime dos recursos repetitivos).

Por outro lado, "a substituição da contribuição estabelecida no art. 69, III, Lei 3.807/60, pelo percentual de 5% previsto no art. 2º, Lei 5.939/73, pressupõe que a associação desportiva participe de espetáculos oficiais promovidos pela Federação respectiva e que produzam renda, a fim de que, sobre esta última (renda líquida) incida a aludida percentagem, a ser recolhida "pela federação promotora da partida" (art. 2º, Lei 5.939/73)" (REsp 241.129/PR, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/02/2002, DJ 06/05/2002, p. 248)

No caso concreto, constou expressamente do acórdão recorrido que não houve comprovação de "nenhum recolhimento". Considerando que o entendimento do Tribunal de origem está em consonância com a orientação deste Tribunal, não se justifica a reforma do acórdão recorrido.

Além disso, verifica-se que, para se adotar qualquer conclusão em sentido contrário ao que ficou expressamente consignado no acórdão atacado — e se reconhecer que houve recolhimento na forma do art. 2º da Lei 5.939/73 —, é necessário o reexame de matéria de fato, o que é inviável em sede de recurso especial, tendo em vista o disposto na Súmula 7/STJ.

Diante do exposto, com base no art. 932, III e IV, do CPC/2015 c/c o art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ e a Súmula 568/STJ, conheço parcialmente do recurso especial e, nessa parte, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator